

Estudo do Ministério da Saúde mostra que crianças recebem outros alimentos que não o leite materno

06/08/2009
O Serrano

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra introdução precoce de outros líquidos que não seja o leite materno na alimentação do bebê. Água (60,4%), chás (16,5%), sucos (37%) e outros leites (48,8%) foram oferecidos às crianças já nos seis primeiros meses de vida, período em que o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde recomendam aleitamento materno exclusivo. Além dessas bebidas, foi constatada a ingestão de alimentos não saudáveis como bolachas, refrigerantes e café por crianças com menos de 12 meses. O levantamento foi feito em 27 capitais e em outros 239 municípios, o que somou informações de aproximadamente 118 mil crianças.

Cerca de 1/4 das crianças, entre 3 e 6 meses, já consumiam comida salgada (21%) e frutas em pedaço ou amassadas (24,4%). A Região Sudeste foi a que apresentou maior percentual de crianças recebendo comida salgada entre 3 e 6 meses de idade (28,9%), superando em mais de três vezes a Região Norte (8,9%).

Em contrapartida, cerca 27% das crianças entre 6 e 9 meses, período no qual se recomenda a introdução de alimentos sólidos/semi-sólidos na dieta da criança, não recebiam comida salgada. A Região Sudeste também foi a que mais as crianças recebem frutas precocemente, entre 3 e 6 meses (28,3%). A região Norte apresentou o menor índice (17,5%).

Em relação aos marcadores de alimentação não saudável, constatou-se consumo elevado, em crianças entre 9 e 12 meses, de café (8,7%), de refrigerantes (11,6%) e, especialmente, de bolachas e/ou salgadinhos (71,7%).

A recomendação do Ministério da Saúde é que o bebê deve se alimentar exclusivamente de leite materno até seis meses de idade. Não há necessidade nem de ingestão de água. Após essa idade, ao introduzir água, por exemplo, deve ser dada em copo e não em mamadeira. Pois tanto a chupeta e a mamadeira acostumam o bebê a sugar de maneira diferente, o que influencia na sucção do leite.

Esses e outros dados fazem parte da II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e DF (PPAM), divulgada durante a Semana Mundial de Amamentação (veja outros dados do estudo, relacionados à amamentação, no Portal Saúde www.saude.gov.br). O estudo está sendo lançado em função do lançamento da nova edição da Campanha de Aleitamento Materno, durante a 18ª Semana Mundial da Amamentação (SMAM), de 1º a 7 de agosto.

Com o slogan Amamentação em todos os momentos. Mais saúde, carinho e proteção, a campanha do Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) defende a amamentação como resposta às situações de emergência, como enchentes, secas e outras catástrofes naturais. O tema foi definido pela Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA, sigla em inglês).

Outros dados da pesquisa

- Uso de Chupeta

Levantamento do Ministério da Saúde mostra que, entre 1999 e 2008, houve redução expressiva do uso de chupeta em crianças menores de 12 meses. Em 1999, 57,7% dos bebês menores de 12 meses usavam chupeta no país. No ano passado, esse percentual caiu para 42,6%, uma variação de 15,1%.

- Uso de Mamadeira

Na pesquisa de 2008, verificou-se que, para o total das crianças menores de 12 meses analisadas, foi freqüente também o uso de mamadeira (58,4%). O uso de mamadeira (veja quadro abaixo) foi mais registrado na região Sudeste (63,8%) e menos freqüente na região Norte (50,0%). Foi a primeira vez que o dado, uso de mamadeira, foi analisado pelo Ministério da Saúde.

- Aleitamento Materno

Pesquisa mostra que o tempo médio do período de Aleitamento Materno (AM) no país aumentou um mês e meio: passou de 296 dias, em 1999, para 342 dias, em 2008, nas capitais e Distrito Federal.

- Aleitamento materno exclusivo

O estudo também revelou um aumento do índice de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) em crianças menores de quatro meses. Em 1999, era de 35%, passando para 52% em 2008. Outro resultado importante está relacionado com o aumento, em média, de um mês na duração do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) nas capitais e Distrito Federal. Em 1999, a duração do AME era de 24 dias e, em 2008, passou a ser de 54 dias ou seja, mais que dobrou.